

Algumas considerações sobre a trajetória da cidade de Brasília

por William Bittar

Eleito em 1955, com a posse assegurada após um turbulento período de tentativas de golpes, Juscelino Kubitschek assumiu a presidência em janeiro de 1956, permanecendo no cargo até 1961, quando passou a faixa presidencial para Jânio Quadros.

Em setembro de 1956, o presidente demonstrou sua intenção de iniciar e concluir a nova capital ainda em seu mandato de “cinquenta anos em cinco”. JK descartou as sugestões para trazer algum profissional estrangeiro para a empreitada e convidou Oscar Niemeyer, amigo e parceiro nas obras do conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, nomeando-o Diretor do Departamento de Arquitetura da NOVACAP. Niemeyer seria o responsável integralmente pelo projeto, incluindo os edifícios e o plano urbanístico.

O arquiteto aceitou projetar as edificações principais, mas sugeriu um concurso para selecionar o planejamento urbano da nova capital. Em setembro do mesmo ano, a NOVACAP publicava o Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil.

Houve a inscrição de 62 concorrentes, dos quais 26 entregaram o material exigido em março de 1957, incluindo alguns nomes representativos da produção arquitetônica brasileira, que contavam com grande prestígio internacional, como os Irmãos Roberto e Henrique Mindlin, do Rio de Janeiro e Vilanova Artigas e Rino Levi, de São Paulo, e suas equipes, entre outros.

O julgamento desenvolveu-se sob suspeitas e declarações polêmicas. Dra. Carmen Portinho, engenheira que participou ativamente da consolidação da arquitetura moderna no Brasil, companheira de Affonso Eduardo Reidy, revelou em uma entrevista que o concurso teria sido um jogo de cartas marcadas, o que desestimulara a participação de Reidy¹.

A entrega do material também ocorreu sob protestos de concorrentes em relação às condições de apresentação dos projetos². Lucio Costa, vencedor do concurso, apresentou algumas folhas datilografadas, acompanhadas de croquis, diferente do expresso no Edital, entregues após o horário previsto. Outra curiosidade foi a revelação antecipada, pela imprensa, do projeto vitorioso, preterindo um possível favorito e favorecendo a intenção dos organizadores.

¹ Entrevista concedida aos professores Maria Ruth Sampaio e Nabil Bonduki no Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1997, citada em TAVARES, Jeferson.

² Folha da Manhã, 16 mar. 1957.

As apreciações do júri sobre o plano Lucio Costa iniciavam-se com uma suposição: *uma civitas, não uma urbs*.³ Prosseguia com algumas críticas sobre as grandes áreas desocupadas, mas destacava, como vantagem, que tratava-se do *único plano para uma capital administrativa do Brasil* e que detinha o *espírito do século XX: é novo; é livre e aberto; é disciplinado sem ser rígido*. Completa as apreciações afirmando que *o projeto explica tudo o que é preciso saber nesta fase e omite tudo que é sem propósito*.⁴

Em relação aos demais classificados, a comissão incluiu diversas críticas, expressas na ata de julgamento, mas o plano desenvolvido por M.M.M. Roberto recebeu destaque e comentários especiais: *o estudo sobre a utilização da terra é o melhor e mais completo de todo o concurso (grifo nosso) e o programa para construção e financiamento é prático e realista*.⁵ Justificativas suficientes para atribuir a primeira colocação...

Em relação ao plano vitorioso, a maioria concorda que a proposta de Costa era coerente com o período, suas influências e o ideário moderno, a utopia da “revolução pela arquitetura”.



*Esplanada dos Ministérios. Ao centro, o Congresso Nacional.
Acervo Particular.*

O “plano piloto”, como ficou conhecido, apresentava grandes vias em grandes eixos, compatível com a cidade que se idealizava para um homem novo, com sentimentos igualitários, com cabeça, tronco e rodas, como tratou a irreverência popular. Um homem que deveria dividir as superquadras ocupadas por classes diferenciadas, procurando um convívio harmônico.

³ Revista Módulo, ed.89/90 – jan/fev/mar/abr 1986. p. 33.

⁴ Idem.

⁵ Idem, p. 35.

Mas não era uma cidade ideal em um lugar qualquer, mas no centro de um planalto desabitado, com sérios problemas de acesso e permanência, além da falta de pertencimento ao local de seus futuros moradores.

Ainda muito jovem, assistiu ao golpe militar de 1964, trazendo traumas irrecuperáveis para a vida cotidiana, separando o que era para integrar. As superquadras tornaram-se conjuntos funcionais, feudos contemporâneos, segregadas em classes sociais e categorias profissionais.

A área do Plano Piloto, provida de uma arquitetura plasticamente extraordinária, tornou-se muito mais um ponto turístico do que funcional, já que fora suspensa a democracia para qual foi projetada, materializada através do branco mármore de suas estruturas e transparências de suas vidraças, recortadas contra o céu azul-cobalto. O sonho fora interrompido por algumas décadas e seria praticamente impossível retomá-lo de onde parou.

Com a transferência da capital para o Planalto Central, o cenário político-econômico do Sudeste sofreu significativas alterações, pois o Rio de Janeiro, capital desde 1763, estava habituado a conviver com o poder, fazendo da política um de seus principais produtos, associada a alguns representantes do poder econômico. Esta convivência produzia cultura e repercussão, mantendo a cidade como grande vitrine nacional em muitas áreas.

Com o poder localizado a mil e quinhentos quilômetros de distância, num local sem grandes atrativos, a economia migrou para seu reduto original: a capital de São Paulo, consolidando a cidade como o principal polo econômico da América Latina.

Numa sociedade capitalista, a cultura segue o poder econômico e, gradativamente, as principais atividades também migraram para São Paulo, incluindo a produção cultural, enquanto o Rio, antiga “caixa de ressonância do país”, continuava deitado eternamente em berço esplêndido, como a cadeia de montanhas denominada “gigante adormecido”, que insiste em não acordar.

FONTES UTILIZADAS

Entrevista concedida aos professores Maria Ruth Sampaio e Nabil Bonduki no Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1997, citada no artigo de Jefferson Tavares.

Folha da Manhã, 16 mar. 1957.

Revista Módulo, ed.89/90 – jan/fev/mar/abr 1986. p. 33.